

Infraestruturas em ruínas: megaprojetos e destruição como projetos no Sul Global¹

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte
(IESP-UERJ / Rio de Janeiro)

Palavras-chave: infraestruturas; ruínas; urbanização;

Resumo

Nas favelas e periferias do Rio de Janeiro parece haver um *continuum* em que práticas de governo perpetuadas através da violência policial se estendem também pela violência infraestrutural, onde um regime de exclusão social é mantido sobre e através das infraestruturas. Partindo do caso material de uma cisterna abandonada em uma favela carioca com problemas de abastecimento de água, pensamos a suposta contradição que permite que megaprojetos de urbanização coexistam com a interrupção e destruição infraestrutural a partir de determinadas racionalidades de governo em que materialidades são ao mesmo tempo produto e produtoras destes regimes. A proposta deste trabalho é pensar projetos de urbanização no Rio de Janeiro em diálogo com a abordagem da antropologia das infraestruturas para compreender processos do fazer e desfazer cidades, e em que medida a destruição infraestrutural atua como modo de urbanização no Sul Global

Abstract

In the favelas and peripheries of Rio de Janeiro there seems to be a continuum in which government practices perpetuated through police violence are also extended by infrastructural violence, where a regime of social exclusion is maintained over and through infrastructure. Starting from the material case of an abandoned cistern in a Rio slum with water supply problems, we think about the supposed contradiction that allows mega urbanization projects to coexist with the interruption and infrastructural destruction from certain government rationalities in which materialities are at the same time product and producers of these regimes. The purpose of this work is to think about urbanization projects in Rio de Janeiro in dialogue with the approach of the anthropology of infrastructure to understand processes of making and unmaking cities, and to what extent infrastructural destruction acts as a mode of urbanization in the Global South.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Introdução

Esse trabalho parte da reflexão sobre uma imagem, o caso material de uma enorme cisterna de água abandonada no topo de uma favela da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, para pensar infraestruturas que já se tornam ruínas sem nunca mesmo serem usadas. Em diálogo com a antropologia de infraestruturas incompletas, inacabadas, abandonadas e/ou em ruínas (Graham 2010; Howe et al 2015; Gupta 2018; Carse 2019), a proposta é compreender processos de fazer e desfazer cidades a partir de projetos de urbanização no Rio de Janeiro.

O sentido comum de ruínas atribui uma ligação com o passado, quando as infraestruturas já teriam tido uma trajetória linear de planejamento, construção, inauguração, funcionamento e quando, só então, entrariam em arruinamento até sua completa inativação. Como pensar, porém, infraestruturas que mesmo "novas" e nunca utilizadas são abandonadas? E o que esses projetos têm a dizer sobre o modo como a urbanização se dá em cidades como o Rio de Janeiro?

Este poderia ser um caso isolado explicado pela falha específica de um determinado projeto interrompido, se não estivesse englobado em um universo de obras inacabadas, abandonadas ou nunca usadas espalhadas pelo território carioca, o que torna a ruína prematura de projetos de urbanização um fenômeno constante. Seus escombros materiais acumulam símbolos de promessas e projetos que arquitetaram, um após o outro, futuros brilhantes para territórios a serem “desenvolvidos” ou “urbanizados”.

Para além de “questões orçamentárias” ou planos que não se aplicam à realidade, há um padrão persistente em que os projetos de infraestrutura para desenvolvimento muitas vezes entram em “decadência”, os projetos são considerados “fracassos” e as obras são “abandonadas” de forma que é difícil distinguir seu início e seu fim: uma obra inaugurada pela metade já acabou ou ainda está em construção?

Megaprojetos de urbanização coexistem e coproduzem processos de abandono e degradação na cidade, uma contradição que pode ser compreendida a partir de determinadas racionalidades de governo em que materialidades são ao mesmo tempo produto e produtoras destes regimes. Partindo das cidades brasileiras como centro, e não como caso peculiar de uma teoria urbana hegemônica nortecentrada, é possível questionar se a destruição infraestrutural é, não uma falha, mas um modo de urbanização.

Antropologia das infraestruturas

Ao lançar o olhar para as infraestruturas hidráulicas pensamos sua materialidade em relação às constelações de redes e circulações sociais das quais participam, não como objeto fechado em si. A antropologia das infraestruturas nos convida a pensá-las para além do "tempo do projeto", muito mais do que resultado de um projeto de engenharia, ou mesmo de um plano da gestão estatal, são "*assemblages* sociomateriais de relações mais-que-humanas" (ANAND, 2017), um entroncamento técnico, social, político, econômico e estético. Nesse sentido, as infraestruturas podem ser vistas como "locais críticos" através dos quais "sociabilidades, governâncias e políticas, acumulação e despossessão, são formadas, reformadas e performadas" (Appel, Anand e Gupta 2018).

Na literatura que aborda as interrupções infraestruturais (Graham 2010; Howe et al 2015;) é comum que se encontre o abandono, esvaziamento e degradação como resultantes de crises produtivas ou mudanças econômicas como a "desindustrialização" e o avanço do neoliberalismo. Embora em parte algumas análises não dialoguem com a realidade vivida no Sul Global, trazem a grande contribuição que é colocar a falha como ponto de partida (GRAHAM; THRIFT, 2007). Nestes termos, toda infraestrutura está em processo de arruinamento, seja porque a política econômica e a conjuntura da qual é fruto entra em decadência, seja pela necessidade constante de manutenção, frequentemente uma está associada a outra: uma política é descontinuada e os esforços de manutenção são cessados.

Se as infraestruturas podem refletir projetos e suas promessas, de modo que quando entram em degradação sua ruína material é também uma ruína simbólica dessa lógica subjacente, como pensar uma construção que nunca funcionou ou nunca foi concluída? Uma ruína, não de uma política efetivada e descontinuada, ou um momento passado, mas de algo que nunca chegou a ser? Esse trabalho busca refletir sobre obras inacabadas, sem funcionamento, nunca usadas ou acabadas pela metade, e em como podemos sair do lugar comum do discurso da crise como fim em si mesmo autoexplicativo.

Políticas cotidianas da água

Na parte alta da favela² repousa uma gigantesca cisterna com capacidade de abastecer de água o morro inteiro, porém que nunca foi ativada. Ela está interligada a canos que não se conectam, formando uma rede de encanamentos que poderia ser completamente funcional e por onde nunca circulou água. Ano após ano essas estruturas se degradam contando com os esforços de manutenção dos próprios moradores para um dia, quem sabe, ser utilizada.



Figura 1 Cisterna abandonada. Arquivo pessoal, 2019

Diferente da maioria das favelas, esta comunidade recebeu alguns megaprojetos de urbanização importantes das últimas décadas, como o Favela-Bairro e o PAC, sendo a cisterna parte integrante de um plano de estruturação hidráulica feito pela companhia fornecedora de água (antiga CEDAE), que ergueu em uma elevatória de água no meio do morro. Assim, essa comunidade está parcialmente conectada a rede hidráulica formal e por conta da elevatória a falta de água não é tão constante quanto é em outras favelas, o que não significa fornecimento ininterrupto, muito menos boa qualidade de água.

Mesmo com toda essa infraestrutura hidráulica, ainda assim famílias da encosta do morro sofrem com falta d'água, abastecimento escasso e intermitente. A falta de água

² Esse estudo de caso se baseia em um trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas realizado em 2019. O objetivo é fazer um exercício analítico e não uma investigação aprofundada da região, por isso para os fins deste trabalho convém manter a generalidade e anonimato dos locais e interlocutores.

para a manutenção doméstica cotidiana contrasta com o excesso de água no período de chuvas. Essa região sofre também com a falta de coleta de lixo e deslizamentos de casas quando chove muito, resultante tanto do problema de acúmulo de lixo quanto das obras inacabadas do projeto Favela-Bairro que deveria ter realizado a contenção de todas as encostas. Apesar da negligência estatal, os moradores são frequentemente responsabilizados pela sua situação e instigados a deixarem a área, considerada "de risco".

Nesse local, "o cara da água", um morador local que é também trabalhador da empresa de fornecimento, é o único responsável por fazer a água chegar na torneira dessas famílias. O manobreiro tem constantemente que redirecionar água para esse local, onde portanto só há abastecimento em determinados momentos quando ele pode. Maiores dramas são contornados pelo fato da caixa de água ser uma tecnologia difundida nas favelas cariocas. O armazenamento permite que as famílias passem um certo tempo com água até o próximo momento em que manobreiro vai direcionar água novamente para encher as caixas.

Dessa forma, descer água de uma torneira nessa área depende da disponibilidade do funcionário, da duração que ele pode encher as caixas, do quanto a caixa encheu, da capacidade da caixa, da pressão da água estar normal, etc. O manobreiro integra a infraestrutura hidráulica naquele local na medida que materializa as conexões entre casas da comunidade com o sistema hidráulico. Em muitos contextos onde se convive com a intermitência infraestrutural, *pessoas* são a condição fundamental para que a infraestrutura funcione (Simone 2004; Howe et al 2015; Truelove e Ruszczyk 2022). Planejamentos e políticas aplicados no cotidiano são permeados por diversos arranjos entre infraestruturas e múltiplos atores, onde improvisações e uma ampla rede de mediadores fazem parte da provisão infraestrutural.

Se em determinadas situações infraestruturas podem ser consideradas "invisíveis", seja fisicamente, seja em relação a legibilidade de suas práticas de funcionamento, neste local para além da enormidade da cisterna em si, infraestruturas como a hidráulica sempre foram "visíveis" e exigem *esforço* para se fazer funcionar. Nesse sentido, podemos entender que água deixa de ser vista como algo "natural" que simplesmente brota, para ser produzida social, política e economicamente por uma série de relações (GUNEL 2016)

A suposta "invisibilidade até que quebrem" das infraestruturas (STAR, 1999) tem mais a ver com uma expectativa de funcionamento que configuraria uma determinada "normalidade", neste caso intermitente, e sua visibilidade presente no cotidiano. A ideia

de crise é social e politicamente designada (Anand 2018; McFarlane 2010) pois grupos sociais podem passar por um amplo espectro de problemas de fornecimento de água, indo desde interrupções, intermitências até baixa pressão e qualidade de água sem que isso configure, ao menos aos olhos dos administradores, uma crise.

Dizer que a intermitência se torna a normalidade cotidiana não significa que as pessoas lidem com isso de forma tranquila. Pelo contrário, o abastecimento de água se torna fonte de ansiedades e conflitos pessoais e coletivos. A dinâmica faz vizinhos entrarem em atrito e instiga uma regulação de comportamentos e práticas sobre usos considerados adequados ou não da água, do tempo de uso, formas de descartes de lixo, etc.

Sendo o abastecimento uma demanda tão urgente, por que a cisterna não funciona? Ao contrário do que o discurso comum possa sugerir, a falta ou escassez de água para determinadas favelas ou regiões dentro de favelas não tem como base sua suposta ilegalidade ou irregularidade. Muitas vezes são diversos fatores, como a localização estratégica, a possibilidade de gerar arrecadação com novos pagantes, a habilidade do grupo se associar politicamente, dentre muitos outros, que vão influenciar o maior ou menor grau de fornecimento a partir da rede regular de água.

É importante frisar que em todos os casos não há *ausência* de infraestrutura hidráulica na favela, nem são os projetos de urbanização que trouxeram infraestrutura pela primeira vez. A infraestrutura pode ser regular ou clandestina, intermitente ou improvisada, seguir outras lógicas de funcionamento, precária ou renovada, pública ou privada, mas há funcionamento de tipos de abastecimentos e fontes de água que são distribuídos através de uma rede de pessoas e tecnologias onde a dicotomia legal/ilegal, regular/irregular funciona mais em sentido de espectro variável do que ruptura estática.

O papel ambíguo do morador que também é trabalhador oficial da companhia nos faz pensar sobre o caráter ambíguo da própria distinção entre formalidade/informalidade. Um serviço que deveria ser estendido pela empresa e é também um direito que deveria ser política do Estado, mas é feito por um funcionário oficial que é morador da favela, é formal ou informal? Público ou privado? Na prática essas fronteiras são porosas, circunstanciais e negociáveis.

A narrativa do espaço da favela como informal, ilegal e perigoso se tornou lugar comum para justificar a reprodução de políticas de precarização e morte. O foco analítico deve ser menos em pensar que existe falta de água *porque* é informal/ilegal ou ainda, não-planejado, e mais em como a precarização infraestrutural produz esse regime. Anand

(2017; 2018) mostra que muitas vezes a distribuição desigual de segurança hídrica entre grupos sociais tem menos a ver com crise de falta efetiva de água, recursos ou tecnologias do que com "crise" do sistema que distribui, organiza e imagina a gestão da água.

Agentes que administram a água no cotidiano de suas práticas reproduzem moralidades sobre o merecimento de água sobretudo quando estes grupos são vistos como "roubando água" através das conexões clandestinas. Truelove e Ruszczyk (2022) chamam atenção para o trabalho não-pago feito por pessoas que mantêm as políticas da água na cidade, e para a quantidade de dinheiro que o Estado deixa de investir e/ou pagar à essas práticas. É comum que pessoas que vivem à base de conexões clandestinas de água sejam vistas como "roubando" água a causando prejuízos ao sistema hidráulico, quando essa inversão propõe que talvez seja o Estado que deva à essas pessoas pela quantidade de trabalhos infraestruturais providos informalmente pela comunidade sem remuneração.

Nas favelas, assim como outros espaços marginalizados do Rio de Janeiro, violência estatal e infraestrutural parecem ser duas faces de uma mesma prática de governo, perpetuando um regime de exclusão social *sobre e através* das infraestruturas. Se a lógica biopolítica do "deixar morrer" se traduz na multiplicação de riscos e obstáculos para determinadas populações (Foucault 2008), do ponto de vista infraestrutural também há um certo "deixar morrer", deixar degradar e arruinar infraestrutural. Isso porque infraestruturas não são objetos acessórios à vida, mas permitem produção de vida, assim como produção de morte.

Produz-se um regime de informalidade, onde a precariedade da infraestrutura não é uma questão técnica, mas política. A desigualdade infraestrutural e a inserção nesse regime produzem os moradores da favela como os "outros" da cidade, retroalimentando estereótipos de crime e sujeira, e justificativas para a intervenção violenta. Produz ao mesmo tempo lugares sociais e relações de classe, gênero e raça na cidade, decidindo quais pessoas terão seu cotidiano condicionado por uma escassez planejada, ou em que grau, pois o pleno fornecimento de qualidade parece não chegar nem mesmo para os pagantes regularizados.

Planos abandonados, futuros (re)imaginados

Obras inacabadas, abandonadas e incompletas, estruturas erguidas e nunca usadas não são ruínas do que ficou no passado, mas ruínas do futuro (Gupta 2018), no caso um futuro pacificado e olímpico prometido ao Rio de Janeiro. É uma ruína que não vem após

a conclusão de um projeto, mas um interstício, um estado de suspensão entre promessas e construção.

Carse e Kneas (2019) nos propõe pensar as múltiplas temporalidades envolvidas na noção de inacabado ou incompleto. Infraestruturas não só são formadas por diferentes temporalidades, como também alteram e produzem experiências de tempo. Se pensamos a infraestrutura como relações e processos, sua completude não existe pois ela nunca acaba. Projetos podem ser incompletos em relação à determinadas metas expressas no planejamento, porém mesmo suas ruínas são produtivas de outras relações sociais. Projetos inacabados vão ser associados a outros projetos futuros, seja porque são de políticas que seguem uma mesma lógica, seja para serem incorporados em outras ordens e usos.

A cisterna abandonada é símbolo da ruína da política de urbanização de favelas deste período de *pacificação*, escancarando uma política que priorizou obras monumentais em detrimento das demandas locais por infraestrutura básica deixando planos pela metade e centenas de obras inacabadas nas favelas. Mas ela não apenas representa um determinado programa político e ressalta suas racionalidades de governo como produz efeitos sociais ela mesma.

Curiosamente nossa enorme cisterna carrega diversos graffitis onde um deles alardearia para mais uma demanda local negligenciada pedindo um projeto de mobilidade para a comunidade. Sua superfície foi ressignificada e inserida no circuito de graffiti feito por um artista local com esforços próprios para conseguir voluntários e patrocínio. A cisterna abandonada no sentido de um plano hidráulico incompleto passa a figurar como peça da proposta de museu à céu aberto, interconectada com outras casas e materialidades do circuito e, assim, adquirindo novas significações e produzindo novas possibilidades de experiência. O graffiti deixa de simbolizar "abandonando", como expresso no senso comum, e passa a significar justamente o contrário, a vivificação do espaço.

Na visão de muitos moradores, a cisterna não é uma ruína pois seu sentido não está encerrado, ela carrega uma expectativa de futuro e esta imersa nessa política de manutenção e reparo dos moradores frente ao seu abandono por parte da gestão pública. Eles mantêm práticas de manutenção justamente porque apesar da incompletude ou abandono, acreditam que a obra hidráulica virá. A cisterna pode estar vazia de água, mas está repleta de expectativas e imaginários sobre futuros coletivos e individuais: a água

que vai chegar para a comunidade, a vizinha que quer regar as plantas para fazer um jardim onde há um lixão.

Conclusão

O problema da escassez de água nas favelas é um tema extenso e complexo, abarcando várias perspectivas possíveis sobre múltiplos agentes, como a companhia de água ou a política de gestão estatal e seus personagens, a história da formação dos sistemas hidráulicos "formais" e "informais", dentre outros que não foram abordados. Nos limites deste artigo, busquei partir de um caso concreto para propor uma reflexão política e conceitual sobre a urbanização e apontar para como um regime de precariedade, informalização e risco é produzido por múltiplos agentes e através das políticas infraestruturais. Vemos como projetos abandonados tem uma série de produtividades, políticas, econômicas, sociais, etc. e que participam de múltiplos fluxos temporais, sendo a ruína aqui mais um recurso analítico do que um fato social.

A proposta de pensar que a degradação e destruição infraestrutural como modos de urbanização - complementares e não opostos aos megaprojetos - tem a ver com reposicionar a teoria urbana desde o Sul Global. É preciso fugir, no entanto, das dicotomias que possam sugerir as cidades ao Sul como lugar da falha, da falta e da precariedade, pois reproduzem o lugar comum que põe cidades do Norte como modelo e o Sul como sua cópia deformada, mal planejada e superpopulosa (Roy 2005). São múltiplas falhas em múltiplos lugares, porém com significações, motivos e trajetórias distintas. Experiências e concepções de interrupção, assim como os conceitos de crise e "normalidade", variam entre cidades e dentro delas, entre grupos étnicos, econômicos, sociais, etc. (McFarlane 2010).

Proponho ver, portanto, como movimentos de gerar riscos e deixar degradar ou destruir infraestruturas em determinadas comunidades não são uma contradição, mas seguem a mesma lógica de governo de produção da cidade como espaço securitizado de riscos que embala planos de urbanização. Infraestruturas materiais se tornam espaço de luta e negociações integrando tanto dinâmicas processuais de remoção através do boicote infraestrutural, quanto imaginários e expectativas comunitárias.

REFERÊNCIAS

ANAND, N. *Hydraulic city: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham ; London: Duke University Press, 2017.

GRAHAM, S.; THRIFT, N. Out of Order: Understanding Repair and Maintenance. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 3, p. 1–25, maio 2007.

STAR, S. L. The Ethnography of Infrastructure. *American Behavioral Scientist*, v. 43, n. 3, p. 377–391, nov. 1999.

_____ ; GUPTA, A; APPEL, H. *The Promise of Infrastructure*. Duke University Press, 2018

CARSE, A. KNEAS, D. *Unbuilt and Unfinished*. *Environment and Society*, v. 10, n. 1, p. 9–28, 1 set. 2019

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

GRAHAM, S.; THRIFT, N. Out of Order: Understanding Repair and Maintenance. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 3, p. 1–25, maio 2007.

_____. *Disrupted cities: when infrastructures fail*. New York – London: Routledge, 2010.

GUNEL, G. *The Infinity of Water: Climate Change Adaptation in the Arabian Peninsula*. *Public Culture* 28 (2), 2016.

GUPTA, A. “The Future in Ruins: thoughts on the Temporality of Infrastructure” in: ANAND, N; GUPTA, A. APPEL, H. *The Promise of Infrastructure*. Duke University Press, 2018

HOWE, Cymene; LOCKREM, Jessica; APPEL, Hannah; et al. *Paradoxical Infrastructures: Ruins, Retrofit and Risk*. *Science Technology and Human Values*, 41(3), 2015

MCFARLANE, Colin. “Infrastructure, Interruption, and Inequality: Urban Life in the Global South” In: GRAHAM. *Disrupted cities: when infrastructures fail*. New York –

London: Routledge, 2010.

ROY, A. *Urban Informality*. Journal of the American Planning Association, 71 (2), Chicago, 2005

SIMONE, AbdouMaliq. *People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg*. Public Culture. Vol. 16(3), Pp. 407-419. 2004

STAR, S. L. The Ethnography of Infrastructure. *American Behavioral Scientist*, v. 43, n. 3, p. 377–391, nov. 1999.

TRUELOVE, Y.; RUSZCZYK, H. A. Bodies as Urban Infrastructure: Gender, Intimate Infrastructures and Slow Infrastructural Violence. *Political Geography*, v. 92, 2022.